

**Regulamento de  
Propinas do Instituto  
Politécnico de Coimbra  
(Alteração)**

Proposta de Alteração

## **Despacho/SP/XX/2020**

Nos termos do artigo 92.º, n.º 1, alínea o) da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), considerando o disposto na Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto (Lei de Bases de Financiamento do Ensino Superior) e no artigo 35.º, dos Estatutos do Instituto Politécnico de Coimbra, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 59-A/2008, de 14 de novembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 225, de 19 de novembro de 2008, alterados e republicados pelo Despacho Normativo n.º 6/2019, de 18 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 52, de 14 de março de 2019, ), após aprovação pelo Conselho de Gestão do IPC em reunião do dia xx de xx de 2020, e promovida a consulta pública de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 110.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e nos artigos 100.º e 101.º do Código do procedimento administrativo aprovo as seguintes alterações ao Regulamento de Propinas do Instituto Politécnico de Coimbra, publicado em anexo ao Despacho n.º 10767/2012, na 2.ª série do Diário da República, n.º 153, de 8 de agosto de 2012, alterado pelo Despacho n.º 1789/2013, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 21, de 30 de janeiro de 2013, pelo Despacho n.º 428/2015, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 10, de 15 de janeiro de 2015, pelo Despacho n.º 5910/2018, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 114, de 15 de junho de 2018 e pelo Despacho n.º 2504/2019, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 50, de 12 de março de 2019:

1 - Os artigos 3.º, 6.º e 9.º do Regulamento de Propinas do Instituto Politécnico de Coimbra passam a ter a seguinte redação:

### **Artigo 3.º (...)**

- 1 — (...):
  - a) (...);
  - b) (...);
  - c) Em dez prestações mensais.
- 2 — (...).
- 3 — (...).
- 4 — (...).
- 5 — (...).

### **Artigo 6.º (...)**

1- *Revogado.*

- 2- O não pagamento da propina tem como consequência o não reconhecimento dos atos académicos realizados no período a que a obrigação se reporta, a qual cessa automaticamente com o cumprimento da obrigação.
- 3- A Escola deverá notificar por escrito o estudante, no prazo máximo de um ano após o fim do ano letivo em que se verificou o incumprimento, de que os atos académicos praticados no ano letivo a que o incumprimento da obrigação se reporta não serão reconhecidos, e efetuar a posterior comunicação de dívida às Finanças para cobrança coerciva, caso este não efetue o pagamento em falta no prazo máximo de 30 dias.
- 4- *Revogado.*
- 5- (...).
- 6- (...).

**Artigo 9.º**  
(...)

- 1 — (...).
- 2 — (...).
- 3 — Os estudantes a quem sejam atribuídas bolsas de estudos, devem efetuar o pagamento da propina no prazo máximo de 10 dias seguidos, contados a partir do dia seguinte àquele em que a respetiva bolsa, devidamente comprovada seja colocada à sua disposição.
- 4 — Nos casos em que, tendo subscrito a declaração sob compromisso de honra, o estudante não apresente a candidatura a bolsa, ou, tendo apresentado a candidatura se verifique, pelos serviços competentes, que o pedido é indevido, consideram-se vencidas todas as prestações até à data, conforme disposto no artigo 7º.

2 – É aditado o artigo 6º-A com a seguinte redação:

**Artigo 6.º-A**

(Plano de regularização de dívidas por propinas em atraso)

- 1 — Os estudantes matriculados e inscritos em cursos de Licenciatura, de Mestrado e de Técnico Superior Profissional com propinas em atraso podem aceder a um plano de regularização dos valores em dívida, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Escola.
- 2 — No requerimento referido no número anterior o estudante deverá apresentar uma proposta de plano de pagamento, em prestações mensais, de valor não inferior a 10% do valor total em dívida.

3- O Regulamento de Propinas do Instituto Politécnico de Coimbra é republicado em anexo ao presente despacho.

A Vice – Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Cândida Maria dos Santos Pereira Malça

## **Anexo**

# **Regulamento de Propinas do Instituto Politécnico de Coimbra**

### **Artigo 1.º**

#### **Âmbito de aplicação**

O presente regulamento aplica-se aos estudantes dos cursos de Licenciatura, de Mestrado, de Técnico Superior Profissional, de Pós-graduação e de Formação Especializada, das Unidades Orgânicas do Instituto Politécnico de Coimbra.

### **Artigo 2.º**

#### **Propina**

1 — Pela matrícula ou pela inscrição nos cursos referidos no artigo 1.º, é devida, nos termos da lei, uma taxa uniforme, designada por propina.

2 — A propina, é independente do nível socioeconómico do estudante, bem como do número de unidades curriculares em que se inscreve, sem prejuízo do disposto no regulamento de estudante a tempo parcial.

3 — O valor da propina é anualmente fixado pelo Conselho Geral, mediante proposta do Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra.

4 — O valor das propinas devidas pela inscrição em ciclo de estudos conducente ao grau de mestre, quando a sua conjugação com um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado seja indispensável para o acesso ao exercício de uma atividade profissional, é fixado nos termos previstos, para o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado, no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto.

5 — Independentemente das modalidades de pagamento definidas no artigo 3.º, a propina anual é faturada ao estudante na sua totalidade no ato de matrícula/inscrição.

### **Artigo 3.º**

#### **Modalidades de pagamento**

1 — As propinas podem ser pagas:

- a) De uma só vez, no ato da matrícula ou inscrição, no valor total fixado;
- b) Em quatro prestações mensais;
- c) Em dez prestações mensais.

2 — No caso de a inscrição se realizar fora dos prazos estipulados no calendário escolar, as prestações da propina já vencidas, devem ser liquidadas no ato da mesma.

3 — Nos cursos que, excecionalmente não se enquadrem no calendário escolar anualmente definido, o prazo de pagamento de propinas é objeto de adaptação caso a caso, pelo órgão estatutariamente competente de cada UO.

4 — A conclusão de um ciclo de estudos implica o imediato vencimento das prestações que ainda se encontrem a pagamento.

5 — O não pagamento de uma prestação determina o vencimento imediato de todas as prestações seguintes.

Artigo 4.º

**Estudantes a tempo parcial — 1.º ciclo**

1 — A propina a pagar pelo estudante a tempo parcial é uma percentagem da propina fixada para o estudante a tempo integral, prevista no Regulamento Académico do 1º ciclo de estudos do Instituto Politécnico de Coimbra.

2 — O estudante a tempo parcial usufrui do mesmo número de prestações e prazos de pagamento da propina do estudante a tempo integral vigentes na respetiva Unidade Orgânica.

Artigo 5.º

**Prorrogação de prazo para conclusão de dissertação/trabalho  
de projeto/relatório final do estágio — 2.º ciclo**

Os estudantes dos cursos de mestrado que não concluem no prazo legalmente previsto, a parte de dissertação/trabalho de projeto/relatório final do estágio, que solicitem a prorrogação, estão sujeitos ao pagamento de uma propina, nos termos previstos no Regulamento do Ciclo de Estudos Conducente à Obtenção do Grau de Mestre pelo Instituto Politécnico de Coimbra.

Artigo 6.º

**Consequência do não pagamento da propina**

1 — *Revogado.*

2 — O não pagamento da propina tem como consequência o não reconhecimento dos atos académicos realizados no período a que a obrigação se reporta, a qual cessa automaticamente com o cumprimento da obrigação.

3 — A Escola deverá notificar por escrito o estudante, no prazo máximo de um ano após o fim do ano letivo em que se verificou o incumprimento, de que os atos académicos praticados no ano letivo a que o incumprimento da obrigação se reporta não serão reconhecidos, e efetuar a posterior comunicação de dívida às Finanças para cobrança coerciva, caso este não efetue o pagamento em falta no prazo máximo de 30 dias.

4 — *Revogado.*

5 — Não podem ser emitidas certidões relativas a atos curriculares de anos letivos em que as propinas não se encontrem regularizadas.

6 — Não podem ser emitidos diplomas ou cartas de curso a estudantes que, à data em que os requeiram, sejam devedores de propinas relativas ao curso ou ciclo de estudos a que aqueles respeitem.

Artigo 6.º-A

**Plano de regularização de dívidas por propinas em atraso**

1 — Os estudantes matriculados e inscritos em cursos de Licenciatura, de Mestrado e de Técnico Superior Profissional com propinas em atraso podem aceder a um plano de regularização dos valores em dívida, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Escola.

2 — No requerimento referido no número anterior o estudante deverá apresentar uma proposta de plano de pagamento, em prestações mensais, de valor não inferior a 10% do valor total em dívida.

Artigo 7.º

**Desistência da inscrição e anulação da matrícula**

1 — Em caso de desistência da inscrição num dado ano letivo ou de anulação da matrícula na situação de matriculado no 1º ano, pela 1ª vez, num ciclo de estudos de licenciatura, a pedido expresso do estudante por requerimento, são devidos os seguintes montantes, a título de propina:

a) Até 30 de outubro é devido o pagamento de 10 % do valor da propina de que o aluno é devedor, fixado para esse ano letivo;

b) Até ao dia 15 de dezembro (inclusive), é devido o pagamento de 50 % do valor da propina de que o aluno é devedor, fixado para esse ano letivo.

c) Em data posterior à fixada na alínea anterior, o valor devido é o total da propina.

2 — Excetuam -se do disposto no número anterior, os casos de recolocação no âmbito do concurso nacional de acesso e ingresso no ensino superior, se expressamente consagrados na lei.

3 — Nos casos dos estudantes que venham a ser recolocados em outro ciclo de estudos numa outra instituição pública de ensino superior ao abrigo dos diversos regimes de acesso e ingresso, nomeadamente, pelos concursos especiais, transferências e mudanças de curso, aplica -se o regime previsto no n.º 1.

4 — Para efeitos do número anterior, o estudante deve comunicar e comprovar no prazo máximo de oito dias úteis à unidade orgânica do IPC em que havia efetuado a sua inscrição a sua desistência pelos motivos referidos no número anterior.

5 — O regime previsto no presente artigo apenas se aplica aos cursos de licenciatura, pelo que em caso de desistência ou anulação de matrícula nos restantes cursos previstos no artigo 1º, o estudante terá de efetuar o pagamento da propina anual na sua totalidade faturada no ato de matrícula/inscrição, de acordo com o disposto no artigo 2.º do presente Regulamento.

Artigo 8.º

**Reingressos, transferências e mudanças de curso**

*(Revogado.)*

Artigo 9.º

**Estudantes candidatos a bolsa de estudos**

1 — Os estudantes que se tenham candidatado ou pretendam candidatar-se a bolsa de estudo deverão comprovar o facto ou declarar a sua intenção, no ato da matrícula/inscrição, sob compromisso de honra.

2 — A inscrição só se torna efetiva após a apresentação do recibo de receção de candidatura, no prazo máximo de 30 dias úteis a partir da data da declaração de compromisso.

3 — Os estudantes a quem sejam atribuídas bolsas de estudos, devem efetuar o pagamento da propina no prazo máximo de 10 dias seguidos, contados a partir do dia seguinte àquele em que a respetiva bolsa, devidamente comprovada seja colocada à sua disposição.

4 — Nos casos em que, tendo subscrito a declaração sob compromisso de honra, o estudante não apresente a candidatura a bolsa, ou, tendo apresentado a candidatura se verifique, pelos serviços competentes, que o pedido é indevido, consideram -se vencidas todas as prestações até à data, conforme disposto no artigo 7.º, bem como os respetivos juros de mora por incumprimento.

Artigo 10.º

**Entrada em vigor**

O presente regulamento aplica -se a partir do ano letivo 2012/2013.

Proposta de Alteração

## **Ficha Técnica**

### **Título**

*(Codificação no âmbito do SIGQ conforme previsto no número 3 do ponto A do SP\_01.06.03 consoante o Regulamento seja ou não sujeito a publicação em DR)*

### **Emissor**

### **Versão 02**

Editado em (data)

### **Aprovado por**

### **Data de Aprovação**

(data)

©2018, POLITÉCNICO DE COIMBRA

[www.ipc.pt](http://www.ipc.pt)

[ipc@ipc.pt](mailto:ipc@ipc.pt)

[qualidade@ipc.pt](mailto:qualidade@ipc.pt)